



**Diário Oficial**  
Municípios de Santa Catarina

Quinta-feira, 18 de junho de 2026 às 10:12, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

**Nº 8435591: EDITAL RETIFICADO DE PREGÃO 28 PL 92 2026**

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Ibiam

MUNICÍPIO

Ibiam



<https://diariomunicipal.sc.gov.br/?q=id:8435591>

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública  
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC  
<https://diariomunicipal.sc.gov.br>



Assinado Digitalmente por Consórcio de Inovação na Gestão Pública Municipal - CIGA



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026**

**O MUNICÍPIO DE IBIAM**, Estado de Santa Catarina, CNPJ 01.612.745/0001-74, representado por seu Prefeito Municipal CAMILO CEZAR MINOSSO GATTI, **TORNA PÚBLICO** que fará realizar licitação pública, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, e que será regida pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 4499/2025, Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislações aplicáveis, visando à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TERCEIRIZADO DE TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO NO TRAJETO IBIAM/VIDEIRA/IBIAM**, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, especialmente no Termo de Referência (Anexo II).

**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.**

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Até às 08:30 do dia 03/07/2026.

**ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** às 08:45 horas do dia 03/07/2026.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 08:45 horas do dia 03/07/2026.

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília (DF)

**PLATAFORMA ELETRÔNICA:** [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

**UASG:** 980920

**VALOR MÍNIMO DE LANCE:** R\$ 0,01 (um centavo) no valor unitário.





Formalização de consultas/encaminhamentos:

**LOCAL:** Sede da Prefeitura Municipal de Ibiam

**ENDEREÇO:** Travessa Leoniza Carvalho de Agostini, 20 – Centro, Município de Ibiam  
– Santa Catarina, CEP: 89652-000.

**Pregoeiro:** Fernando Caon.

**E-mail:** [licita@ibiam.sc.gov.br](mailto:licita@ibiam.sc.gov.br)

**Telefone:** (49) 35340044 OU (49) 92001-3328

**Senhor Licitante,**

Para formação da proposta de preço e inserção no sistema COMPRAS.GOV.BR, V.S.<sup>a</sup> deverá basear-se exclusivamente nas informações do Edital, especialmente nas especificações técnicas do objeto e demais condições do Anexo II – Termo de Referência desconsiderar as especificações do sistema. O sistema COMPRAS.GOV.BR é apenas a plataforma utilização para realização da sessão pública.

## **1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem por objetivo **a Contratação de empresa especializada para prestação de serviço terceirizado de transporte universitário no trajeto Ibiam/Videira/Ibiam**, conforme Anexo II - Termo de Referência deste Edital.

1.2. Os veículos deverão ter no máximo 10 (dez) anos de uso, sendo que, veículos com fabricação inferior a dez anos serão classificados de dez em dez anos, com preferência sempre para veículos mais novos.

## **2- PARTICIPAÇÃO**





**2.1.** Poderão participar do presente Pregão Eletrônico as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital, e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**2.2.** Não será admitida nesta Licitação a participação de:

- a) Estrangeiras que não funcionem no País.
- b) Empresas que estejam impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar.
- c) que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da lei nº 14.133, de 2021;

**2.3.** A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

**2.4.** Como requisito para participação no Pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

### **3. REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

**3.1.** Para participar do Pregão, a licitante deverá se credenciar no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO”, através do site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**3.1.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.





**3.1.2.** O credenciamento da licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

**3.2.** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da Licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Ibiã, promotor da Licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

#### **4. DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

**4.1.** A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, contendo **especificações, valor unitário** e demais informações necessárias.

**4.1.1.** A proposta de preços será formulada e enviada em formulário específico, **exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.**

**4.1.2.** As **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** deverão declarar, sob as penas da Lei, que se enquadram nas hipóteses do art. 3º, da Lei Complementar 123/2006, clicando no campo próprio previsto na tela de envio das propostas.

**4.2.** A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como sua declaração e os lances inseridos durante a Sessão Pública.

**4.3.** Incumbirá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico.

**4.4.** Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:





**a) Preço unitário para o item e total** em moeda corrente nacional, em algarismos e com no máximo **duas casas decimais após a vírgula**;

**b) Especificações detalhadas** do objeto ofertado, consoante as exigências.

**c)** Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, combustíveis, manutenção, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como demais despesas incidentes sobre a execução do objeto da presente licitação.

**d)** Fica estabelecido em **sessenta dias** o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da Sessão. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

**4.5.** Poderão ser admitidos pelo Pregoeiro erros de natureza formal, desde que não

Comprometam o interesse público e da Administração.

## **5. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO**

**5.1.** A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

**5.2.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**5.3.** Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

## **5.4. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.**





- a) O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- b) Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

## **6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1.** Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

**6.2.** A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

**6.3.** Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

**6.4.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**6.5.** Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

**6.6.** Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.





6.7. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

6.8. Neste Pregão o modo de disputa adotado é o Aberto.

6.9. A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.10. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$0,01 (um centavo) tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

6.11. A proposta inicial deverá ser apresentada com valores unitários e totais por item, agrupados por item, conforme especificado no Termo de Referência.

## **7. DO MODO DE DISPUTA ABERTO**

7.1. No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.3. Na hipótese de não haver novos lances a sessão pública será encerrada automaticamente.







7.4. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto.

7.5. A etapa de envio de lances na Sessão Pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da Sessão Pública.

7.6. No caso de empate ficto, de acordo com a LC 123/2006, será oportunizado à Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada apresentar proposta de preço inferior àquela considerada Vencedora do Certame no prazo máximo de cinco minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, sendo que, exercida a oportunidade a que se refere este subitem, sua proposta será classificada em 1º lugar.

7.7. É considerado empate ficto quando as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até cinco por cento superior à proposta mais bem classificada da empresa normal.

7.8. Havendo mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte com proposta de preço no intervalo, proceder-se-á a classificação das mesmas, em ordem crescente, a fim de lhes assegurar a prioridade em caso de inabilitação da imediatamente melhor classificada. As demais propostas serão ordenadas na sequência, igualmente em ordem crescente.

7.9. Caso a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte recusar o benefício, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese mencionada neste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.





**7.10.** Não verificada a hipótese de empate previsto na legislação ou não exercido o direito, será classificada em 1º lugar a proposta originalmente Vencedora do Certame.

## **8 – DA NEGOCIAÇÃO**

**8.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

**8.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes

## **9. DO JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS**

**9.1.** Encerrada a etapa de negociação de que trata o item 8, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no Edital, observando o disposto no art. 59 da Lei nº 14.133/2021, e verificará a habilitação da licitante.

**9.2.** Encerrado o julgamento das propostas, será solicitada a PROPONENTE VENCEDORA, pelo pregoeiro, no sistema Comprasnet para que seja anexada a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO NO PRAZO MÁXIMO DE 02 (duas) HORAS.

**9.3.** De acordo com o art. 63, inciso II c/c com o art. 17, § 1º da Lei 14.133/2021, por não se tratar de inversão de fases, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor na fase de habilitação, dos quais deverão serem enviadas no prazo de 2 (duas) horas, após o envio de mensagem do(a) pregoeiro(a) via sistema.





**9.4.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários a confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado, via sistema, a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de 2 (duas horas).

**9.5.** Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará a licitante Vencedora.

**9.6.** Na hipótese da proposta ou do lance de menor preço não ser aceito, ou se a licitante Vencedora desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

**9.7.** Sendo suscitada alguma dúvida quanto ao objeto proposto pela licitante Vencedora, em razão das especificações indicadas na proposta, o Pregoeiro poderá solicitar a licitante declaração expedida pela empresa, de que o objeto possui as características indicadas na proposta, como condição necessária para adjudicação do objeto.

**9.8.** A licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito à desclassificação do item proposto.

## **10. HABILITAÇÃO**

A habilitação da licitante Vencedora será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

### **10.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**a) Registro Comercial**, no caso de empresa individual, ou





**b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou**

**c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, com as alterações.**

**d) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.**

**e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).**

**f) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.**

**g) Declaração da situação do fornecedor no SICAF;**

## **10.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

**a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;**

**b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;**

**c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;**

**d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).**





e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**f) Declaração Unificada** (Anexo V);

### **10.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.**

a) Comprovação da capacidade técnico-operacional mediante **apresentação de atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da presente licitação, compreendendo transporte escolar, universitário ou transporte coletivo de passageiros.

b) Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, o(s) atestado(s) apresentado(s) **deverá(ão) comprovar a execução satisfatória de serviços de transporte coletivo de passageiros, escolar ou universitário, em quantitativo mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) da estimativa total da presente contratação, equivalente a no mínimo 8.300 km (oito mil e trezentos quilômetros) executados.**

c) Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação do quantitativo exigido.

#### **Justificativa**

#### **Técnica:**

A exigência de comprovação mínima de 50% do quantitativo estimado da contratação





justifica-se pela necessidade de assegurar que a empresa licitante possua experiência operacional compatível com a complexidade e responsabilidade do objeto, garantindo a continuidade, segurança e eficiência na prestação do serviço de transporte universitário.

Tal exigência encontra amparo no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, observando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade.

#### **10.4 - DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**10.4.1** As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que quiserem participar deste Certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

**10.4.2.** A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:

**a)** Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede da licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A Certidão deve estar atualizada, ou seja, emitida a menos de noventa dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

**10.5.** As Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida, mesmo que esta apresente alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal.





**10.5.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a Vencedora do Certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**10.5.2.** A não regularização da documentação, no prazo previsto no §1º, do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006, implicará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do Contrato, ou Revogar a Licitação.

## **11. DO ENVIO DOS DOCUMENTOS**

**11.1.** Para habilitação, as empresas interessadas em participar do pregão deverão anexar no sistema **COMPRASNET**, em local próprio para documentos, toda a documentação de habilitação. Sendo que a documentação anexada evitará a necessidade de envio da mesma por e-mail, bem como trará agilidade na verificação de habilitação das empresas vencedoras.

**11.2.** Os documentos na forma prevista neste Edital deverão ser inseridos no sistema [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), juntamente com a proposta readequada. **Obs. Anexar em arquivo único e de preferência em sequência conforme edital.**

**11.3** Não serão aceitos documentos com prazo de validade vencido.

**11.4.** Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão.

**11.5.** As declarações assinadas deverão ser realizadas preferencialmente na forma digital.





**11.6.** O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções administrativas deste Edital, podendo o (a) Pregoeiro (a) convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

## **12. DO PREENCHIMENTO DAS PROPOSTAS**

**12.1.** A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no Sistema eletrônico, dos seguintes campos:

### **12.2. PREÇO POR ITEM.**

**12.3.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de validade ou de garantia; e número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

**12.4.** A proposta deverá conter PREÇO POR ITEM, ou seja, a multiplicação da quantidade estimada do item pelo respectivo preço unitário (conforme a unidade e a quantidade mencionada abaixo), expresso em reais, sendo o total com 02 (duas) casas decimais, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.

**12.5.** Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

**12.6.** Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes nos preços totais ofertados até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula.







**12.7.** A licitante deverá considerar, para formulação de sua proposta, as seguintes condições.

**12.8.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

**12.9.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

**12.10.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**12.11.** O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

### **13 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO**

**13.1.** As Impugnações ao Ato Convocatório do Pregão serão recebidas até três dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico.

**13.1.1.** Caberá ao Pregoeiro, encaminhar a autoridade competente que decidirá sobre a Impugnação no prazo de três dias úteis.

**13.1.2.** Deferida a Impugnação contra o Ato Convocatório, poderá ser designada nova data para a realização do Certame.

### **14. RECURSOS ADMINISTRATIVOS**





**14.1.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo dez minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer em campo próprio do sistema.

**14.1.1.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a preclusão desse direito.

**14.2.** A licitante que manifestar a intenção de Recurso e a mesma ter sido aceita pelo Pregoeiro, disporá do prazo de três dias úteis para a apresentação das Razões do Recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as Contrarrazões em igual número de dias.

**14.3.** O Recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

**14.4.** O acolhimento do Recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**14.5.** Não serão conhecidos os Recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou entregues pessoalmente.

**14.6.** Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos desta Licitação, a Licitante que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de Recurso.

## **15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**





**15.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**15.2.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**15.3.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**15.4.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**15.5.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**15.6.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Portal de Compras Públicas, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **16. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

**16.1.** Como condição para firmar o contrato, a empresa vencedora deverá apresentar no ato da assinatura os seguintes documentos:

### **16.1.1. DO VEÍCULO:**

- a) Certificado de registro e licenciamento dos veículos, regular e em dia com seus tributos junto aos órgãos competentes, que comprove a posse ou a disponibilidade para uso na execução do contrato (mediante contrato de locação, comodato ou





documento similar, com prazo de vigência compatível com o do contrato, ou declaração de disponibilidade).

- b)** Seguro obrigatório (DPVAT);
- c)** Apólice de seguro do veículo comprova a cobertura contra terceiros e apólice de seguro de APP (Acidentes Pessoais por Passageiros, com indenização mínima de R\$ 30.000,00(trinta mil reais) por passageiro, em caso de acidentes, na prestação dos serviços Objeto, que indiquem danos morais, morte ou invalidez permanente) e RC (Responsabilidade Civil);
- d)** Comprovante do curso de motorista apto para o transporte de alunos nos termos das resoluções do CONTRAN em vigência, apresentando documento comprobatório;
- e)** Certificado técnico expedido pelo INMETRO que ateste a aptidão das condições do veículo para prestar os serviços; e
- f)** Laudo de vistoria emitido pelo DETER se for o caso, com a autorização para condução coletiva de escolares em relação à pessoa jurídica participante da presente licitação, para veículos que transitarem nas rodovias fazendo percursos intermunicipais.
- g)** Apresentação de Autorização para Transportes Coletivos Escolares concedida pelo DETRAN/SC, ou órgão que vier a substituí-lo.
- h)** Os veículos deverão ser submetidos à inspeção inicial pelo DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO, para verificação dos equipamentos obrigatórios de segurança, bem como as condições de trafegabilidade do veículo e expedirá documento comprobatório de inspeção





**16.2.** A vencedora do certame tem até **10 (DEZ) dias uteis, após homologação e adjudicação para apresentação dos documentos exigidos para assinatura do contrato**, sem prorrogação de prazo para entrega dos mesmos.

**16.3.** O seguro dos passageiros contra acidentes pessoais é da competência do Contratado.

#### **16.4. DISPOSITIVOS DE ACESSIBILIDADE**

Nos termos da Resolução CONTRAN nº 961/2022, da Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e em consonância com o art. 208, inciso III, da Constituição Federal, a empresa contratada deverá disponibilizar veículo com acessibilidade para cadeirante, destinado ao transporte universitário no trajeto Ibiã/Videira/Ibiã.

**O veículo deverá possuir, no mínimo:**

- a) plataforma elevatória, rampa de acesso ou poltrona móvel devidamente certificada;
- b) espaço reservado e adaptado para acomodação de cadeira de rodas;
- c) dispositivos de segurança e ancoragem compatíveis;
- d) cintos de segurança específicos para passageiros com mobilidade reduzida;
- e) condições adequadas de embarque e desembarque do usuário cadeirante;
- f) atendimento às normas técnicas da ABNT aplicáveis, especialmente NBR 14022 e NBR 9050.

**A comprovação do atendimento aos requisitos de acessibilidade deverá ser apresentada antes do início da execução contratual, mediante vistoria, laudo técnico ou documentação emitida por órgão competente.**







- f) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- g) Não transferir a terceiros, em todo ou em parte, o objeto da presente licitação.

### **18.2 A Contratante obriga-se:**

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- e) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- f) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços em conformidade com o art. 117, da Lei nº 14.133/2021, através de servidor designado para este fim.
- g) Para fiscalização do contrato fica responsável o **Gestor Sra. Loana A. Bonifácio**, Secretária Municipal de Educação, e como **fiscal Sr. Rodrigo Felicetti Perosa**.

## **19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**19.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**19.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

**19.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:





19.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

19.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

19.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

19.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

19.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

19.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

19.1.6. fraudar a licitação;

19.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

19.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

19.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

19.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

19.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

19.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

19.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

19.2.1. advertência;

19.2.2. multa;

19.2.3. impedimento de licitar e contratar e;







**19.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**19.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**19.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.

**19.3.2.** as peculiaridades do caso concreto

**19.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes

**19.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública

**19.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**19.4.** A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**19.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

**19.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8, a multa será de 15% a 20% do valor do contrato licitado.

**19.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**19.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**19.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**19.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais





grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**19.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 19.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**19.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**19.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**19.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**19.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**19.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**19.15.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.





**19.15.1.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **20 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**20.1.** É facultado ao Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da Licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

**20.2.** Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidos à Administração Municipal no endereço anteriormente citado, ou pelo telefone (49) 35340044, com o Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores do Município.

**20.3.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

**20.4.** No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da Licitação;
- b) anulada ou revogada no todo ou em parte.

**20.5.** O Foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente Licitação é o da Comarca de Tangará, SC, excluído qualquer outro.

**20.6.** Fazem parte do presente Edital:

**Anexo I** – Estudo Técnico Preliminar

**Anexo II** – Termo de Referência;





**Anexo III** - Prescrições Legais do Veículo e Condutor (CTB);

**Anexo IV**- Modelo de Proposta de Preços;

**Anexo V** – Declaração Unificada;

**Anexo VI** - Croqui

**Anexo VII** - Minuta Contrato;

---

Ibiã – SC, 29 de maio de 2026.

---

**CAMILO CEZAR MINOSSO GATTI**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**André Luiz Simioni**

**Procurador Geral do Município – OAB/SC 45.097**





## **ANEXO I**

### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**

#### **SETOR REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviço terceirizado de transporte universitário no trajeto Ibiã/Videira/Ibiã, com fornecimento de veículo com capacidade mínima de 28 lugares, equipado com acessibilidade para cadeirante, incluindo rampa, elevador ou poltrona móvel, motorista devidamente habilitado e atendimento às normas de segurança e acessibilidade vigentes, mediante realização de Pregão Eletrônico, conforme Lei nº 14.133/2021.

### **INTRODUÇÃO**





O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

## **DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A Secretaria Municipal de Educação necessita garantir o transporte diário dos estudantes universitários do município no trajeto Ibiã/Videira/Ibiã, assegurando condições adequadas de segurança, conforto e acessibilidade.

A presente contratação faz-se necessária considerando a existência de aluno cadeirante usuário do transporte universitário, sendo indispensável a disponibilização de veículo adaptado com acessibilidade, contendo rampa, elevador ou poltrona móvel, em conformidade com a legislação vigente.

A terceirização do serviço visa assegurar a continuidade do transporte universitário, permitindo o deslocamento regular dos estudantes até as instituições de ensino superior, contribuindo diretamente para permanência e acesso à educação.

Além disso, a contratação garante atendimento às exigências do Código de Trânsito Brasileiro, normas do DETRAN e legislação de acessibilidade.

## **PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

Embora a Administração não possua ainda um Plano de Contratação Anual formalizado, a aquisição deste serviço já é parte do planejamento da Secretaria.

## **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**





A empresa contratada deverá:

- Possuir regularidade fiscal, trabalhista e jurídica;
- Comprovar capacidade técnica para prestação de serviço de transporte de passageiros;
- Disponibilizar veículo com capacidade mínima de 28 lugares;
- Disponibilizar veículo equipado com acessibilidade para cadeirante, contendo rampa, elevador ou poltrona móvel;
- Disponibilizar motorista devidamente habilitado, com categoria compatível para transporte coletivo de passageiros;
- Atender integralmente às normas do DETRAN, Código de Trânsito Brasileiro e legislação de acessibilidade;
- Manter o veículo em perfeitas condições de uso, conservação e segurança;
- Garantir pontualidade e continuidade na prestação do serviço durante toda vigência contratual.
- A contratação será realizada mediante Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Estima-se a contratação de:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Prestação de serviço de transporte universitário no trajeto Ibiã/Videira/Ibiã, com veículo mínimo de 28 lugares e acessibilidade para cadeirante.	Km rodado	83 quilômetros diários. Estimativa inicial para 200 dias letivos, totalizando <b>16.600 km.</b>

## LEVANTAMENTO DE MERCADO





Foi realizada pesquisa de preços com 03 empresas da região especializadas em transporte de passageiros.

Após análise dos orçamentos apresentados, verificou-se média de valor de R\$ 14,26 por quilômetro rodado, estando os valores compatíveis com os praticados no mercado regional para prestação de serviço com veículo acessível e capacidade mínima exigida.

A contratação mediante Pregão Eletrônico mostra-se a solução mais vantajosa para Administração Pública, permitindo ampla competitividade, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa.

### ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	TIPO DO ITEM (*)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDA DE	PREÇO UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL
1	Transporte universitário Ibiã/Videira/Ibiã com acessibilidade. Aproximadamente 83 km diários.	Serviço	Quilômetro	16.600	R\$ 14,26	R\$ 236.716,00

(\*) Materiais; serviços; obras; serviços de engenharia; bens permanentes.

### 6.1 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A dotação orçamentária para suprir essa contratação é a seguinte:







Secretaria: Secretaria de Educação

Reduzido: 35

Detalhamento: 3390 3932- Serviço de transporte escolar

Fonte: 1500

### **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte universitário terceirizado, mediante disponibilização de veículo com capacidade mínima de 28 passageiros e acessibilidade para cadeirante, incluindo rampa, elevador ou poltrona móvel.

A contratação visa garantir transporte seguro, contínuo e adequado aos estudantes universitários do município, assegurando inclusão e acessibilidade ao aluno cadeirante atendido pelo serviço.

O procedimento será realizado por meio de Pregão Eletrônico, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

### **JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO**

Não se recomenda o parcelamento da contratação, pois trata-se de serviço de mesma natureza, de baixa complexidade e execução imediata, sendo mais vantajosa a contratação global.

### **DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Pretende-se com a contratação:

- Garantir acesso dos estudantes ao ensino superior;
- Assegurar transporte acessível ao aluno cadeirante;





- Proporcionar segurança e conforto aos usuários;
- Garantir continuidade do transporte universitário;
- Atender às normas de acessibilidade e trânsito;
- Promover inclusão social e educacional;
- Obter maior eficiência na prestação do serviço público.

### **PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

Não serão necessárias providências prévias ao contrato.

### **INDICAÇÃO DO FISCAL DO CONTRATO:**

Nome completo do fiscal: Rodrigo Felicetti Perosa

Contato: [rodrigoperosa@hotmail.com](mailto:rodrigoperosa@hotmail.com)

### **INDICAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO:**

Nome Completo da Gestora do Contrato: Loana Bonifácio

Cargo: Secretária Municipal de Educação

### **CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade desta demanda.

### **IMPACTOS AMBIENTAIS**

Não há previsão de impacto ambiental significativo resultante desta contratação.





## **VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Diante do exposto, verifica-se que o estudo preliminar evidencia que a contratação é tecnicamente possível e adequada às necessidades desta Administração.

Por fim, havendo a previsão e viabilidade financeira, entende-se como viável e razoável a contratação por meio de processo licitatório, mediante o levantamento da necessidade da Secretaria de Educação descrito neste ETP, para atender ao interesse público.

Ibiã, 15 de maio de 2026.

Géssica Bresciani da Silva

Agente Administrativa

Loana Bonifácio

Secretária Municipal de Educação





**ANEXO II**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

- **Órgão/Entidade Demandante:** Prefeitura Municipal de Ibiã/SC
- **Unidade Requisitante:** Secretaria De Educação
- **Processo Administrativo nº:** 92/2026
- **Modalidade de Contratação:** Pregão Eletrônico
- **Fundamento Legal:** Lei nº 14.133/2021

**1. DO OBJETO**

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviço terceirizado de transporte escolar/universitário no trajeto Ibiã/Videira/Ibiã, com fornecimento de veículo com capacidade mínima de 28 lugares, equipado com acessibilidade para cadeirante, incluindo rampa, elevador ou poltrona móvel, motorista devidamente habilitado e atendimento às normas de segurança e acessibilidade vigentes, conforme especificações e condições estabelecidas neste documento.





ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	TIPO DO ITEM (*)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviço de transporte universitário no trajeto Ibiã/Videira/Ibiã, com veículo mínimo de 28 lugares e acessibilidade para cadeirante.	Serviço	Quilômetro	16.600	R\$ 14,26	R\$ 236.716,00
<b>TOTAL: R\$ 236.716,00</b>						

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação fundamenta-se na necessidade de assegurar o transporte diário dos estudantes universitários do Município de Ibiã até as instituições de ensino localizadas no Município de Videira, garantindo condições adequadas de segurança, conforto, continuidade e acessibilidade durante toda a execução do serviço.

A presente contratação mostra-se indispensável em razão da existência de aluno cadeirante usuário do transporte universitário municipal, tornando necessária a disponibilização de veículo adaptado com acessibilidade, contendo rampa, elevador ou poltrona móvel, conforme legislação vigente.

O Município não dispõe de frota própria adaptada e suficiente para atendimento da demanda existente, motivo pelo qual a terceirização do serviço apresenta-se como solução mais eficiente e vantajosa para a Administração Pública.

A contratação atende aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, inclusão social e garantia do direito fundamental à educação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.





### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviço terceirizado de transporte universitário, mediante disponibilização de veículo com capacidade mínima de 28 passageiros, equipado com acessibilidade para cadeirante, incluindo rampa, elevador ou poltrona móvel, motorista habilitado e observância integral às normas de trânsito e acessibilidade aplicáveis.

O serviço será executado diariamente no trajeto Ibiã/Videira/Ibiã, durante o período letivo, conforme cronograma e horários definidos pela Secretaria Municipal de Educação.

A modalidade adotada será o Pregão Eletrônico, considerando tratar-se de serviço comum, com especificações objetivas e amplamente disponíveis no mercado, possibilitando maior competitividade e seleção da proposta mais vantajosa à Administração.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A empresa contratada deverá:

- possuir regularidade fiscal, trabalhista e jurídica;
- comprovar capacidade técnica para prestação de serviço de transporte de passageiros;
- disponibilizar veículo com capacidade mínima de 28 lugares;
- disponibilizar veículo equipado com acessibilidade para cadeirante;
- disponibilizar motorista devidamente habilitado;
- atender às normas do DETRAN, CONTRAN, Código de Trânsito Brasileiro e legislação de acessibilidade;
- manter o veículo em perfeitas condições de uso, conservação, limpeza e segurança;
- garantir pontualidade e continuidade na prestação do serviço;





- substituir imediatamente o veículo em caso de falha mecânica ou indisponibilidade operacional.

Os veículos deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

### **1. Documentação e Regularidade**

- Veículos devidamente licenciados, com documentação atualizada.
- Certificado de Registro e Licenciamento (CRLV) em dia.
- Autorização para transporte universitário emitida pelo órgão de trânsito competente.
- Seguro obrigatório (DPVAT) e seguro adicional para passageiros, quando exigido pelo município.

### **2. Condições Gerais do Veículo**

- ☐ perfeitas condições de conservação e funcionamento;
- ☐ sistema de iluminação em perfeito estado;
- ☐ assentos íntegros e higienizados;
- ☐ pneus em boas condições;
- ☐ sistema de freios e direção revisados;
- ☐ tacógrafo em funcionamento.

### **3. Exigências de Segurança**

- Cintos de segurança individuais para todos os passageiros.
- Extintor de incêndio dentro do prazo de validade.
- Saídas de emergência sinalizadas e desbloqueadas.
- Kit de primeiros socorros, conforme normas locais (quando exigido).
- Pneus em boas condições, incluindo estepe.
- Sistema de freios, suspensão e direção revisados periodicamente.

### **4. Identificação do Veículo Escolar**

- Pintura amarela com faixa horizontal preta com o texto “ESCOLAR”, conforme Resolução CONTRAN nº 9/1998 e atualizações.
- Faixas refletivas conforme norma vigente.
- Lanternas, faróis e iluminação interna funcionando adequadamente.
- Logomarca do Município ou da Secretaria de Educação, quando solicitado.

### **5. Acessibilidade (quando aplicável)**

Nos termos da Resolução CONTRAN nº 961/2022, da Lei Federal nº 13.146/2015 e do





art. 208, inciso III, da Constituição Federal, o veículo deverá possuir acessibilidade para cadeirante.

O veículo deverá possuir, no mínimo:

- a) plataforma elevatória, rampa de acesso ou poltrona móvel devidamente certificada;
- b) espaço reservado para acomodação de cadeira de rodas;
- c) dispositivos de segurança e ancoragem compatíveis;
- d) cintos de segurança específicos para passageiros com mobilidade reduzida;
- e) condições adequadas de embarque e desembarque;
- f) atendimento às normas técnicas da ABNT aplicáveis, especialmente NBR 14022 e NBR 9050.

A comprovação do atendimento às exigências de acessibilidade deverá ser apresentada antes do início da execução contratual, mediante vistoria, laudo técnico ou documentação emitida por órgão competente.

## **6. Manutenção e Limpeza**

- apresentar cronograma de manutenção preventiva.
- Veículos limpos diariamente, especialmente assentos, corrimãos e piso.
- Proibição de transportar materiais estranhos ao serviço.

## **7. Inspeção Periódica**

- submeter-se à inspeção de segurança veicular semestral, conforme exigência do DETRAN ou normas municipais.
- Apresentação de laudo de inspeção atualizado antes do início do contrato.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

A execução do objeto contratado consistirá na prestação dos serviços de transporte universitário, mediante a disponibilização de veículo adequado, motorista habilitado e atendimento integral às normas de segurança previstas na legislação aplicável. O serviço será prestado de forma contínua durante o período letivo, conforme calendário oficial da Secretaria Municipal de Educação.

### **1. Prestação dos Serviços**







O transporte será realizado diariamente no trajeto Ibiã/Videira/Ibiã, conforme horários e itinerários definidos pela Secretaria Municipal de Educação.

## **2. Veículos**

Os veículos deverão permanecer em perfeitas condições de funcionamento, segurança, limpeza e conservação durante toda a vigência contratual.

A contratada será responsável integralmente por:

3. manutenção preventiva e corretiva;
4. abastecimento;
5. seguros;
6. higienização;
7. substituição imediata do veículo, observado o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem interrupção da prestação dos serviços.

## **3. Motoristas**

Os motoristas devem possuir habilitação compatível com o veículo, curso específico exigido para transporte escolar e experiência comprovada. A contratada deverá garantir que os condutores cumpram as rotas e horários estabelecidos, observem as normas de segurança e mantenham conduta adequada no trato com os estudantes e servidores da Secretaria.

## **8. Controle e Fiscalização**

A execução do serviço será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Educação, que poderá emitir orientações, solicitar ajustes e determinar alterações de rotas quando necessário. A contratada deverá atender prontamente às solicitações e apresentar relatórios ou documentos que comprovem a execução regular das atividades.

## **9. Segurança e Responsabilidade**

A contratada deverá zelar pela segurança dos estudantes durante todo o deslocamento, cumprindo rigorosamente as normas de trânsito e os padrões de segurança do transporte escolar. É de sua responsabilidade adotar todas as medidas necessárias para prevenir acidentes e garantir a integridade física dos usuários.





## 10. Continuidade do Serviço

A contratada deve assegurar a continuidade e a estabilidade da prestação dos serviços durante todo o contrato, mantendo veículos e motoristas disponíveis, inclusive para reposição imediata em casos de falhas mecânicas, afastamentos ou situações emergenciais.

## 6. MODELO DE GESTÃO E CONTRATO

Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, a fiscalização e gestão contratual ficarão sob responsabilidade dos seguintes servidores:

**Fiscal do Contrato:** Rodrigo Felicetti Perosa

**Gestora do Contrato:** Loana Bonifácio

Anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 117 da lei n. 14.133/2021.

O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PAGAMENTO.





O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis após a liquidação da Nota Fiscal, observada a ordem cronológica de pagamentos prevista no Decreto Municipal nº 4.499/2025.

As despesas decorrentes da execução do objeto da presente Licitação correrão às dotações da Lei Orçamentária.

Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do serviço.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser





efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela não execução do serviço, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Será interrompido o serviço em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

A escolha da empresa fornecedora será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, em sessão pública virtual, observando-se integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como demais normas correlatas e disposições contidas no edital e seus anexos.

## **9. ESTIMATIVA DE PREÇOS**

A estimativa de preços foi elaborada com base em pesquisa de mercado realizada junto a empresas especializadas do ramo.

O valor estimado da contratação corresponde a:





**R\$ 236.716,00 (duzentos e trinta e seis mil setecentos e dezesseis reais).**

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A dotação orçamentária para suprir essa contratação é a seguinte:

Secretaria: Secretaria de Educação

Reduzido: 35

Detalhamento: 3390 3932 - Serviços de Transporte Escolar

Fonte: 1500 Recursos não vinculados de Impostos

## **11. DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS**

O documento apresentado descreve de maneira adequada o planejamento da contratação, permitindo a avaliação de custos e demandas, e possui anexo os orçamentos e planilhas de preços de mercado, definindo a sistemática de suprimento, critérios de aceitação do objeto, deveres do Licitante e da Administração, procedimentos de fiscalização e gerenciamento, prazos de entrega e a possibilidade de sanções administrativas, de forma clara, concisa e objetiva.

Ibiã/SC, 21 de maio de 2026.

\_\_\_\_\_  
Flávia Araldi Zardo

Diretora de Departamento de Licitações e Contratos





Loana Bonifácio

Secretária Municipal de Educação

### **ANEXO III**

#### **EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 92/2026**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026**

#### **PRESCRIÇÕES LEGAIS DO VEÍCULO E CONDUTOR (CTB)**

Em conformidade com os artigos 136, incisos I a VII, 137, 138, incisos I a V, e 329 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), o objeto contratual deverá observar, obrigatoriamente, as seguintes exigências legais:

##### **1. Veículos destinados ao transporte escolar/universitário (CTB, art. 136, I a VII):**

Os veículos utilizados deverão atender aos seguintes requisitos:

- I – registro como veículo de passageiros;
- II – pintura de faixa horizontal na cor amarela com a inscrição “ESCOLAR” em preto, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroceria;
- III – equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação e os estabelecidos pelo CONTRAN para veículos escolares;
- IV – lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas na parte superior dianteira e traseira da carroceria;
- V – cintos de segurança em número igual à lotação;
- VI – tacógrafo devidamente regulamentado;
- VII – inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança.

##### **2. Identificação do veículo (CTB, art. 137):**





A identificação do veículo utilizado para o transporte escolar deve ser feita com base na regulamentação do CONTRAN, sendo vedada sua substituição sem prévia autorização do órgão competente.

### **3. Condutores dos veículos (CTB, art. 138, I a V):**

Os condutores responsáveis pela prestação dos serviços devem atender aos seguintes requisitos:

I – ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

II – ser habilitado na categoria “D”;

III – não ter cometido infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias nos últimos 12 meses;

IV – ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN;

V – apresentar certidão negativa de antecedentes criminais, comprovando idoneidade moral.

### **4. Cumprimento da legislação de trânsito (CTB, art. 329):**

É obrigatório o cumprimento de todas as normas e disposições do Código de Trânsito Brasileiro e sua regulamentação, inclusive as Resoluções do CONTRAN que complementem ou detalhem os dispositivos legais mencionados, sendo responsabilidade do contratado garantir a regularidade dos veículos e condutores durante toda a vigência.





**ANEXO IV**

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 92/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026**

**MODELO PROPOSTA DE PREÇO**

**RAZÃO SOCIAL:.....**

**CNPJ:.....**

**INSC. ESTADUAL:.....**

**ENDEREÇO:.....**

**E-MAIL:.....**

**TELEFONE; .....**

**BANCO: .....**

**AGENCIA: .....**

**CONTA CORRENTE:.....**







Item	Especificações	Unidade de medida	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

**Total Geral:**

**Validade mínima da proposta 60(sessenta dias) dias**

\_\_\_\_\_  
Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa





**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: \_\_\_\_\_

O Pregoeiro e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Ibiã/SC

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ/MF nº ....., com sede na \_\_\_\_\_, através de seu representante legal infra-assinado que:

( ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

(\*)





(\*) Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

- Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade.
- Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.
- Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- Que nos quadros da empresa inexistem sócios, gerentes ou diretores que sejam membro ou servidor em exercício neste município, ocupante de cargo de direção na Administração Pública, servidores cedidos ou colocados à disposição desta Prefeitura direta ou indireta, ou ainda, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau;
- Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas no Pregão Eletrônico;
- Ocorrerão por conta, quaisquer outras despesas não incluídas na cotação dos preços do objeto;
- Que o ato constitutivo apresentado é o vigente;
- Que são autênticas as cópias e as assinaturas dos documentos apresentados;





• Declara, sob as sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

• Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a). \_\_\_\_\_, Portador(a) do RG sob nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, cuja função/cargo é \_\_\_\_\_ (sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato.

• Declaramos, para os devidos fins que a Conta Corrente p/ Depósito: ..... Banco: ..... Agência:.....

• Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, encaminhar contrato assinado para o seguinte endereço:

• E-mail: \_\_\_\_\_

• Telefone: ( ) \_\_\_\_\_

• Cidade: ..... Bairro:..... Rua:..... nº ..... CEP.....

• Caso altere o citado e-mail, telefone ou endereço comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Ibiã, sob pena de ser considerado como intimado nos dados

anteriormente fornecidos

• Nomeamos e constituímos o senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_, para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável pela Empresa





Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Rubrica \_\_\_\_\_

**ANEXO VI**

**CROQUI**



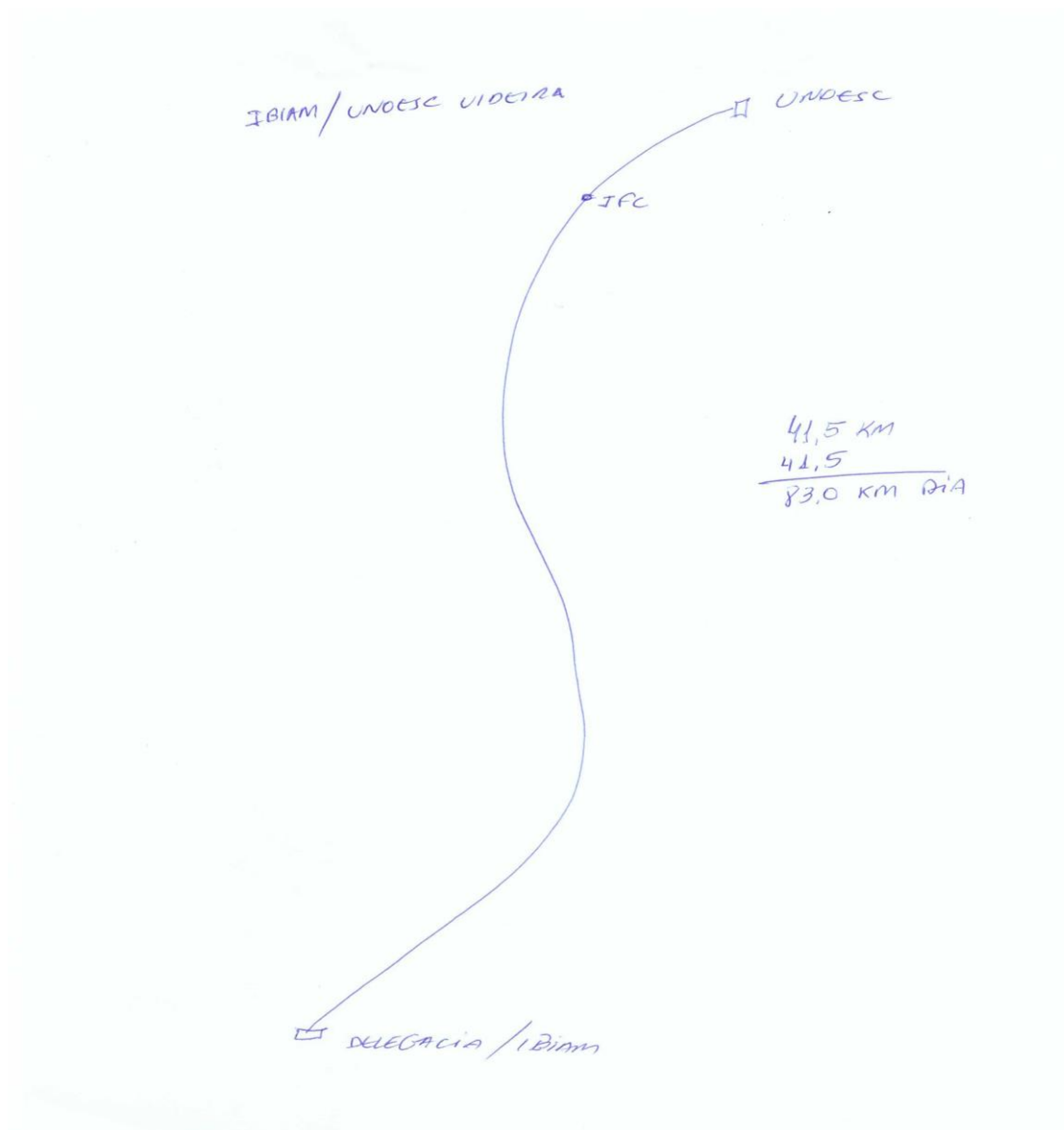


Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Rubrica \_\_\_\_\_



**ANEXO VII****MINUTA DO CONTRATO****CONTRATO ADMINISTRATIVO N. /2026****PROCESSO LICITATÓRIO N. 92/2026****PREGÃO ELETRÔNICO N. 28/2026**

O **MUNICÍPIO DE IBIAM**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Agostini de Carvalho, 20, nesta cidade de IBIAM/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, CAMILO MINOSSO GATTI, resolvem registrar o(s) preço(s) da empresa: xxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxx: nº xxx, Centro, no Município de xxxxx, Estado de xxxxxx, devidamente representado pelo Sr. xxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominada simplesmente de Contratada para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 28/2026, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviço terceirizado de transporte universitário no trajeto Ibiã/Videira/Ibiã, conforme especificações constantes no Termo de Referência, Edital do Pregão Eletrônico nº 28/2026 e proposta vencedora, que passam a integrar este instrumento independentemente de transcrição.

Conforme os itens relacionados de acordo com tabela abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Transporte universitário Ibiã/Videira/Ibiã com acessibilidade. Aproximadamente 83 km diários.	16.600 km		
	<b>TOTAL</b>			





1.2. A critério da administração poderá ser criada uma comissão para vistorias regulares dos veículos.

1.3. Forma de execução:

1.3.1. O serviço, objeto deste edital, deverá ser prestado de acordo com itinerário da linha, com início em até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Ordem de Serviço.

1.3.2. A contratada deverá fornecer os dados do motorista que conduzirá o veículo durante a execução do contrato. Havendo alteração de motorista, deverá comunicar e encaminhar os documentos ao setor de transporte escolar universitário da Secretaria Municipal de Educação.

1.3.3. A contratada poderá, em caso de problemas, substituir temporariamente o veículo previamente destinado ao serviço, por outro, em condições melhores ou iguais aos do primeiro, devendo comunicar a ocorrência à Secretaria Municipal de Educação no prazo de até 24 horas. Caso a substituição seja por prazo superior a 10 dias, deverá ser encaminhada à Secretaria Municipal de Educação a documentação prevista no edital.

1.3.4. A Contratada estará sujeita à fiscalização que poderão ser efetuadas pela Administração em qualquer tempo, ou também, pelo **DETRAN** na vistoria geral dos veículos para que estejam em perfeitas condições de uso.

1.3.5. A contratada deverá observar sempre que o embarque e desembarque de alunos deve ocorrer nos locais pré-determinados, sob pena de rescisão contratual e multa de 1% do valor do contrato.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O valor global do presente contrato é de **R\$XX**, correspondente à prestação dos serviços objeto deste ajuste durante todo o período de vigência contratual.







2.2. O preço mensal a ser pago à **CONTRATADA** será apurado de forma proporcional aos serviços efetivamente executados no respectivo período, conforme medição realizada pelo fiscal do contrato, observados os critérios técnicos, quantitativos e operacionais estabelecidos no Termo de Referência e demais documentos que integram o processo administrativo.

2.3. O pagamento mensal ficará condicionado à apresentação da nota fiscal/fatura correspondente, devidamente acompanhada do relatório dos serviços prestados no mês de referência e do atesto do fiscal do contrato, respeitado, em qualquer hipótese, o limite do valor global contratado.

2.4. Na hipótese de execução parcial dos serviços no mês considerado, o valor mensal será calculado proporcionalmente à execução comprovada, vedado o pagamento por serviços não prestados.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO**

3.1. O pagamento será efetuado conforme Decreto Municipal nº 4499/2025, subsequente à prestação do serviço, mediante emissão e apresentação de documento fiscal ou equivalente, o qual deve ser encaminhado para o e-mail [educa@ibiam.sc.gov.br](mailto:educa@ibiam.sc.gov.br), ou para o e-mail designado na solicitação de fornecimento, acompanhado de relatório dos serviços prestados, confirmando que todo o processo foi realizado, devidamente assinado pelo responsável da contratada e pelo secretário municipal, sendo que o gestor e o fiscal do contrato serão nomeados pela secretaria demandante, conforme designação neste Processo.

3.2. Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato





isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 125 da lei 14.133/2021.

**3.3.** A Nota Fiscal/Fatura deverá conter a descrição do item, preço unitário e total, de conformidade com a proposta da contratada.

**3.4.** Devem ainda constar na Nota Fiscal o número do respectivo Processo Licitatório, assim como do Pregão e o número da conta bancária da empresa.

**3.5.** O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: [nfe@ibiam.sc.gov.br](mailto:nfe@ibiam.sc.gov.br) ou [educa@ibiam.sc.gov.br](mailto:educa@ibiam.sc.gov.br) para seu devido pagamento.

**3.6.** Existindo algum imposto ou contribuição que incida sobre o objeto contratado, este será retido para posterior recolhimento e tal valor deverá ser destacado na nota fiscal conforme a legislação vigente Municipal, Estadual e Federal.

#### **4. CLÁSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADA**

**4.1.** Todas as despesas referentes à realização dos serviços, incluindo produtos, mão de obra e deslocamentos serão por conta da **CONTRATADA**, despesas essas previstas e/ou computadas na proposta.

**4.2.** A não realização dos serviços dentro do prazo, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.

**4.3.** A realização dos serviços e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

**4.4.** Em hipótese alguma serão aceitos serviços em desacordo com as condições pactuadas ficando ao encargo da **CONTRATADA**, o controle de qualidade do fornecimento é de





sua responsabilidade, bem como visando a repetição de procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade.

**4.5.** A quantidade de pessoas a serem transportadas e a quilometragem são passíveis de alterações para menor ou para maior, conforme a necessidade das áreas requisitantes.

**4.6.** O veículo deve estar devidamente licenciado para esta finalidade, atender as exigências do SIE antigo DETER/SC, estar em conformidade com as normas expedidas pelo CONTRAN/ DENATRAN e Portaria nº 1844/DETRAN/ASJUR/2016, bem como demais legislações em vigor.

**4.7.** Os veículos deverão cumprir todas as exigências de segurança e transporte exigido pelos órgãos competentes.

**4.8.** Os veículos a serem utilizados para efetuar os transportes deverão estar devidamente vistoriados, totalmente limpos e em excelente estado de conservação e segurança.

**4.9.** Deve possuir cinto de segurança, extintor válido e estar em excelente estado de conservação, com toda a documentação em dia e com o seguro específico para o transporte de passageiros.

**4.10.** Todas as despesas com a prestação dos serviços correrão por conta da empresa citada, tais como combustíveis, lubrificantes, limpeza, manutenção dos veículos, taxas, impostos, pedágios, alimentação e hospedagem dos motoristas, seguros obrigatórios, encargos trabalhistas e previdenciários e outros.

**4.11.** Os veículos deverão ser submetidos à inspeção inicial PELO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO, para verificação dos equipamentos obrigatórios de segurança, bem como as condições de trafegabilidade do veículo e expedirá documento comprobatório de inspeção.





**4.12.** O veículo não aprovado na inspeção será impedido de prestar o serviço e a **CONTRATADA** será notificada, tendo a empresa contratada o prazo de 24 horas para a substituição do veículo notificado.

## **5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

**I** – Fornecer à **CONTRATADA** todas as informações necessárias à correta execução do objeto, especialmente quanto às rotas, horários, pontos de embarque e desembarque e demais orientações operacionais;

**II** – Emitir a Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento para início da execução contratual;

**III** – Acompanhar, gerir e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidores formalmente designados, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

**IV** – Atestar os serviços efetivamente prestados, para fins de pagamento, após verificação da conformidade com as condições contratuais;

**V** – Efetuar o pagamento devido à **CONTRATADA**, nos prazos e condições estabelecidos neste contrato;

**VI** – Comunicar formalmente à **CONTRATADAS** quaisquer alterações necessárias na execução dos serviços, respeitados os limites legais e contratuais;

**VII** – Aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando constatado o descumprimento das obrigações contratuais, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

**VIII** – Zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da legislação vigente.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DOS SERVIÇOS**





**6.1.** A contratada ficará obrigada a fornecer os serviços, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

**6.2.** Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração do contrato.

**6.3.** Comunicar à fiscalização a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão dos serviços em parte ou no todo.

**6.4.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas em razão da presente aquisição.

**6.5.** Efetuar periodicamente, a manutenção dos veículos ou quando o CONTRATANTE solicitar.

**6.6.** Comunicar ao servidor responsável pela execução do contrato qualquer problema ocorrido nas rotas do transporte.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA**

**7.1.** Na ocorrência de prorrogação do prazo de vigência contratual, pode ser concedido reajuste dos valores propostos pela Licitante Vencedora até o limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

**7.2.** O primeiro reajuste somente ocorrerá depois de decorridos doze meses da data de protocolo das propostas e assim sucessivamente com os demais possíveis reajustes.





7.3. O Contrato terá vigência de 12(doze) meses a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério do **CONTRATANTE**, desde que presentes as condições e preços mais vantajosos para a Administração, consoante estabelecido no art. 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021, atualizada.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. Os recursos para pagamento do objeto do presente Contrato estarão garantidos através das dotações orçamentárias:

**Secretaria: Secretaria de Educação**

Reduzido: 35

Detalhamento: 3390 3932 - Serviços de Transporte Escolar

Fonte: 1500 Recursos não vinculados de Impostos

## **9. CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO CONTRATO**

9.1. O cancelamento do contrato, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do contrato na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

10.1. Como Gestor e fiscal deste contrato o município designa os servidores Sra. Loana Bonifácio, Secretária Municipal de Educação(gestor), e Sr. Rodrigo Perosa (fiscal),





anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**10.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da lei n. 14.133/2021.

**10.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES**

**11.1.** Em conformidade com os artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, o inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada na execução dos serviços de transporte escolar/universitário poderá ensejar, garantida a prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções:

**I** – Advertência, por escrito, nos casos de descumprimento de obrigações contratuais de menor gravidade, sem prejuízo direto à regularidade da prestação do serviço;

**II** – Multa, nos seguintes termos:

**Multa moratória:** de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais, limitada a 15% (quinze por cento) do valor global do contrato;





**Multa compensatória** poderá variar de 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, nos casos de inexecução total ou parcial do objeto.

**III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos, quando a contratada incorrer em condutas como:**

- a) descumprimento reiterado dos horários e rotas estabelecidos;
- b) utilização de veículos em condições inadequadas ou sem a devida regularização;
- c) comportamento inidôneo ou fraude na execução contratual;
- d) recusa injustificada em executar o objeto após a adjudicação;
- e) falhas graves que comprometam a segurança e integridade dos alunos transportados.

**IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos do §5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, nos casos de infrações gravíssimas que comprometam a confiança da Administração na atuação da contratada, notadamente quando houver risco à vida e integridade dos usuários do serviço.**

#### **§1º – Da Reincidência**

A reincidência na prática da mesma infração contratual poderá acarretar o agravamento da penalidade, inclusive a aplicação de sanção mais severa do que a anteriormente aplicada, respeitando-se a gradação prevista nesta cláusula, conforme o princípio da proporcionalidade.

#### **§2º – Dos Critérios Objetivos de Avaliação do Serviço**

Para fins de fiscalização e eventual aplicação de penalidades, serão considerados os seguintes critérios objetivos de desempenho contratual:







- a) Pontualidade: cumprimento rigoroso dos horários definidos para cada rota;
- b) Regularidade: prestação contínua e sem interrupções indevidas dos serviços;
- c) Condições dos veículos: apresentação periódica de laudos de vistoria, higienização, conforto e segurança exigidos pela legislação de trânsito e normas sanitárias;
- d) Documentação: manutenção da regularidade da documentação dos veículos e condutores (CNH, certidões, seguros obrigatórios etc.);
- e) Atendimento aos usuários: tratamento cortês e adequado aos estudantes e responsáveis, bem como ausência de reclamações formais recorrentes;
- f) Comunicação: notificação prévia, com antecedência mínima de 24h, sobre qualquer impossibilidade de cumprimento das rotas, salvo em casos fortuitos ou de força maior.

**11.2.** A verificação do cumprimento dos critérios será realizada por comissão designada ou setor competente da Administração, com base em relatórios de fiscalização, registros de ocorrência e reclamações formalmente apuradas.

### §3º – Disposições Finais

As penalidades previstas nesta cláusula serão aplicadas mediante processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

As sanções dos incisos III e IV poderão ser registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme o caso.

A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, conforme a gravidade da infração e os prejuízos causados à Administração, sendo seu valor descontado de quaisquer valores devidos à contratada ou, se necessário, cobrado judicialmente.





## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

**12.1.** O presente contrato está vinculado, ao processo licitatório 92/2026, modalidade Pregão Eletrônico nº 28/2026, obrigando-se o **FORNECEDOR** de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**12.2.** O **FORNECEDOR** obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

**12.3.** O **FORNECEDOR** declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante do presente Contrato e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições

**13.2.** Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

**13.3.** O fornecedor signatário deste contrato, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e





da sua proposta, que passam a fazer parte integrante do presente contrato e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

**14.1.** As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará/SC, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste. E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 02 (duas) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

**Ibiã, xx de xxxxxx de 2026.**

\_\_\_\_\_  
Camilo César Minosso Gatti

Prefeito Municipal

**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
Empresa:

**CNPJ:**

**CONTRATADA**

